

“A ESCOLA SEM”...

SEM PARTIDO, SEM POLÍTICA, SEM DEBATE, SEM DIVERSIDADE, SEM GÊNERO, SEM SEXUALIDADE...

A “escola sem” é a escola sem educação, sem pensamento, sem ciência, sem conhecimento... é a escola sem reflexão, sem crítica, sem investigação, sem curiosidade. A “escola sem” é uma escola? Se voltarmos ao filósofo Louis Althusser, em seu *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, veremos que, diferentemente do que propalam, hoje, no Brasil, os autores (políticos ou não) da ideia da “escola-sem-partido”, que, presumivelmente, seria uma escola sem “doutrinação ideológica”, esta seria, bem ao contrário, a escola elevada ao seu papel máximo de aparelho ideológico. Como é conhecido, o filósofo francês definiu o sistema escolar, nas sociedades capitalistas, como “aparelho privilegiado da ideologia”. Para ele, o sistema escolar tornou-se, nas sociedades moderno-contemporâneas, o lugar privilegiado do ensino e reprodução da ideologia, ainda quando, no espaço escolar, circulem ideias não ideológicas.

Mas, neste momento particular, no Brasil, no qual o termo “ideologia” vem sendo utilizado de um modo cínico pelos autores das ideias de uma “escola-sem-partido” ou de uma “escola-sem-ideologia”, torna-se necessário lembrar o que é, de fato, a ideologia. Para Althusser, a ideologia corresponde a “*uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência*”, sendo o caráter imaginário desta relação o que “*fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda a ideologia*”. Se seguimos o autor, por ser uma representação deformada da existência social, a ideologia corresponde ao desconhecimento da realidade social. O domínio da ideologia no pensamento representa, para o indivíduo, o desconhecimento do que funda a realidade social e do que lhe funda como sujeito social. Uma vez que a ideologia leva a que os indivíduos ajam agidos pelo desconhecimento, os atos e pensamentos destes tornam-se a assimilação e reprodução de representações que dotam a realidade da propriedade do natural, quando é cultural; da propriedade do universal, quando é particular; do eterno, quando é histórica; do

divino, quando é humana; do imutável, quando é revogável; do necessário, quando é contingente.

Para o caso específico da sociedade capitalista, seguindo de perto as análises de Marx, Althusser considera que a ideologia se torna um dispositivo fundamental de reprodução da globalidade desta sociedade, por ser capaz de garantir a reprodução do seu modo de produção, ao ser capaz principalmente de reproduzir suas classes sociais e, mais especialmente, reproduzir as relações entre estas na esfera da produção econômica. Althusser enxerga o sistema de escolas no qual estas se dividem em escolas para as elites e escolas para as classes trabalhadoras como o aparelho ideológico de Estado que tem, entre todos, a função principal de garantir as condições da reprodução social global da sociedade capitalista em sua configuração econômica, política e cultural.

Mas, como o sistema escolar obteria tal resultado? Como a ideologia na escola é o ingrediente que torna tudo isso possível? Para Althusser, o sistema escolar contribuiria para manter como *dominantes* as classes dominantes e seus filhos e como *dominados* os trabalhadores e seus filhos. O sistema escolar conseguiria isso realizar por meios de dois principais (e)feitos: 1) a ideologia é capaz de “transformar os indivíduos em sujeitos”, isto é, assujeitados a diversos dispositivos sociais que os convertem em agentes primários da reprodução social, em sentido amplo, ao tornarem-se eles próprios aqueles que colocarão em marcha os atos e as instâncias que manterão as práticas e as relações que perpetuarão as condições da existência social que os mantêm integrados e subordinados às divisões que tornam uns dominantes e outros como dominados; 2) o sistema escolar é o lugar no qual ocorre a reprodução da qualificação dos filhos das classes dominantes para os postos que asseguram a sua posição de dominantes e, simultaneamente, ocorre a reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho, a partir da formação dos filhos das classes trabalhadoras. Continuamente, então, o sistema escolar reproduziria as classes sociais por meio da formação escolar, técnica, científica, ao mesmo tempo em que asseguraria a reprodução das ideias ideológicas que consagrariam a própria divisão da sociedade em classes como algo dado, natural, necessário, imodificável, ocultando essa divisão como um produto histórico e ocultando os mecanismos da reprodução dessa divisão.

Embora boa parte do que pensou Althusser sobre a escola tenha sido questionada, pois esta nunca foi apenas lugar de reprodução da ideologia, há algo de seu pensamento que permanece válido quando se trata de reconhecer o papel que a sociedade capitalista ainda pretende impor à escola. E, por sua visão, podemos compreender porque a escola é um espaço em permanente disputa.

Hoje, no Brasil, a escola está em disputa e contamos com a ofensiva de uma direita retrógrada e com os ataques de um setor reacionário e conservador da sociedade brasileira que pretende fazer da escola o lugar do ensino e da reprodução de concepções reacionárias e conservadoras da vida, do mundo, da história, contra mínimos esforços de levar para as escolas, e com certo atraso, conteúdos críticos, reflexivos, isto é, não-ideológicos, quando se busca oferecer o estudo do conhecimento antropológico, sociológico e histórico da origem das instituições sociais, a história crítica da sociedade brasileira, o estudo de questões como diversidade sexual e de gênero, feminismo, combate à homofobia e ao racismo, lutas por reconhecimento e direitos humanos, entre outros temas. Conteúdos e propostas de ensino definidos em currículos, diretrizes nacionais de educação, leis, mas rotulados como “doutrinação ideológica” pelos reacionários e conservadores do país, que veem esses assuntos como “subversão perigosa dos valores tradicionais da sociedade brasileira” e “tentativas de influenciar crianças e jovens a seguirem orientações em desconformidade com a educação que recebem nas suas famílias”. Não satisfeitos com a natureza de aparelho ideológico do sistema escolar, nossos conservadores e reacionários querem maximizar o papel da escola na reprodução da ideologia em nosso país, não permitindo nenhuma ideia não-ideológica na educação de crianças e jovens.

E a propósito da análise de Althusser sobre o papel que a sociedade capitalista reserva ao sistema escolar na reprodução das classes sociais, é ilustrativo o discurso do autor do projeto de lei 1411/2015, tramitando na Câmara Federal, de criminalização do que chamou de “assédio ideológico” na escola. Por ocasião do anúncio de seu projeto aos colegas parlamentares, assim falou: *“de certa forma, há no país uma completa inversão da lógica das coisas: o mercado parece ser forçado a se adaptar ao sistema educacional, quando o correto seria o contrário, ou seja, o sistema educacional precisa ser parceiro [adaptado? subordinado?] do desenvolvimento e suprir as*

necessidades de formação de capital humano para o incremento do mercado, da produção e do emprego de qualidade.” Isto é, para o deputado autor do projeto, o sistema escolar deve mesmo permanecer, de um lado, como formador de força de trabalho qualificada para sua contratação e subordinação e, de outro, como formador daqueles que ocuparão os postos de comando na produção e na sociedade, de maneira a cumprirem seus “papéis” na reprodução da sociedade vigente e suas respectivas classes – tese disfarçada no eufemismo da “formação de capital humano para o incremento do mercado”. Como é sabido, os eufemismos são próprios do discurso ideológico, que *não diz ao dizer*, que procura dissimular o que não pode dizer até o fim, que não pode dizer aquilo que pretende. Muito claro é que o deputado não está pensando num sistema escolar que forme a todos como *força de trabalho*, mas apenas alguns: aqueles cuja origem social já os situa nas classes “fornecedoras” de força de trabalho para o “mercado”; ou que forme a todos como “capital humano” para o comando da produção, quando pensa apenas naqueles cujas origens sociais já os situam nas classes que ocupam os postos de comando na sociedade.

Todo o pavor dos reacionários e conservadores do país com uma escola que leve crianças e jovens a pensarem criticamente os problemas sociais brasileiros, os assuntos da sujeição, da opressão, dos preconceitos, da discriminação, das desigualdades e, assim, a pensarem sem as ideias ideológicas, é que estas crianças e jovens poderão amanhã não estar mais dispostos a reproduzirem as estruturas e relações sociais que servem, até hoje, a esses mesmos reacionários e conservadores, instalados em posições de domínio econômico e político na sociedade brasileira.

A ideia de uma “escola-sem-partido” é, pois, uma ideia reacionária. Ideia daqueles que não querem reconhecer as transformações sociais em vários âmbitos da vida social e política e que, como reacionários, não admitem a história seguindo para frente, querem-na andando para trás. Disfarçando “preocupação” com a formação de crianças e jovens, “preocupação” com a família, com o “futuro”, os reacionários e conservadores brasileiros pretendem impedir que a escola possa ensinar, discutir, refletir sobre aspectos e fatos da vida social contemporânea que já são uma realidade na vida de todos, não se tornando possível negar às crianças e jovens o debate e a reflexão livres, sem tabu, sobre assuntos que não apenas fazem

parte da vida cotidiana, mas que se tornam oportunidades de formação ético-moral, cultural, política.

A ideia de uma “escola-sem-partido” é também um flerte com o fascismo, pois é a ideia de uma escola “sem política”, como se a política fosse um mal. A ideia da política como um mal é uma ideia do fascismo. É a ideia fascista da sociedade sem política. Sem a participação política, sem o debate político. Seria a sociedade governada por um poder autoritário, mas que não seria político, seria apenas o poder de comando da sociedade, para mantê-la unida, para impedir que esta seja dividida pela política. O anseio da “escola-sem-partido” é o da vontade da interdição da reflexão questionadora, da crítica contestatária, da resistência às verdades impostas, da desconstrução do discurso ideológico. Tudo isso visto, pela ideia fascista, como promoção de divisão, fissura, conflito, onde deve reinar paz, calma, harmonia, homogeneidade, silêncio.

A escola-sem-partido é a escola-amordaçada, silenciada, subordinada à ideologia. Contrariamente ao que dizem os cínicos ideólogos da ideologia do “assédio ideológico”, quando a escola estiver proibida do debate livre das ideias, será quando ela estará sufocada pela ideologia (no único sentido que se deve usar este termo).

A ideia de uma “escola-sem-partido” é uma mentira. A “escola-sem-partido” tem um partido: o partido do discurso ideológico, que pretende se impor como verdade, mascarado de “formação moral adequada”, “formação de capital humano”, “preocupação com nossos filhos”... É uma mentira também porque seus formuladores estão filiados a partidos políticos e defendem as ideias de seus partidos como “ideais da sociedade brasileira”, quando são ideias reacionários e conservadores professados por seus formuladores para a sociedade brasileira. Ideias de negação das transformações sociais que podem colocar o Brasil em patamares civilizatórios e de efetivação do Estado democrático de direito, o que assombra elites políticas e econômicas para as quais quaisquer mudanças lhes parecem uma revolução insuportável e para as quais a sociedade brasileira deve permanecer como a sociedade autoritária, desigual e hierárquica que somos, na qual, como denunciou a filósofa Marilena Chauí, a cidadania foi convertida em um “*privilégio de classe*” e na qual se produziu a figura única do “*senhor-cidadão*”.

A “escola-sem-partido” é uma mentira porque a sociedade brasileira, como toda sociedade, é dividida, partida, tem divergências e antagonismos que a dividem, separam. Essas divisões chegam ao sistema escolar, às escolas. Crianças e jovens estão divididos, por classes sociais, ideias, valores, concepções de vida, formações familiares diversas. E dividem-se em opiniões, ideias, escolhas, entendimentos.

Tudo já está partido, clivado, dividido. Negar a divisão é mentir para as crianças e jovens. Professores não podem ser levados, por lei, a mentir para seus alunos. Isso seria o pior da educação, do trabalho de um educador. O anseio dos estudantes na escola é o anseio de verdades. Eles imaginam a ciência, a filosofia e a vida de estudos como caminhos para o conhecimento de uma “verdade” que lhes faltaria saber e que acreditam e esperam que seus professores lhes revelem. Não se pode frustrar um tal anseio, este mesmo que pode ser o último fio fino que ainda mantêm muitos de nossos estudantes na escola, tão ruim é todo o resto.

Leis não podem obrigar que professores mintam aos seus alunos sobre verdades da realidade que já não se escondem. Leis não podem quebrar a confiança dos estudantes em seus professores, transformados em mentirosos ou em perigosos criminosos do “assédio ideológico”, da “partidarização do conhecimento”, da “doutrinação política”, do “desvirtuamento moral”. Tudo mentira! Os professores não são isso! Serão se assumirem o papel de ventríloquos da ideologia, como querem os cínicos formuladores de leis que, numa tentativa de enganar a todos, chamam de “ideológico” e “partidário” o que é, de fato, o combate à ideologia na escola!

Abaixo a mentira da “escola-sem-partido”!

Alipio de Sousa Filho

Editor